

A EXPANSÃO DA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA NO BRASIL E SUAS CONSEQUÊNCIAS PARA EDUCAÇÃO PROFISSIONALIZANTE

Curitiba – PR – maio 2014

Achiles Batista Ferreira Junior – Centro Universitário Internacional UNINTER –
achiles.f@grupouninter.com.br

Debora Cristina Veneral - Centro Universitário Internacional UNINTER –
debora.v@grupouninter.com.br

Douglas Soares Agostinho - Centro Universitário Internacional UNINTER –
douglas.a@grupouninter.com.br

Edelclayton Ribeiro - Centro Universitário Internacional UNINTER –
edelclayton.r@grupouninter.com.br

Juliane Marise Barbosa Teixeira – Centro Uninversitário Internacional UNINTER –
juliane.te@grupouninter.com.br

Tania Fruguelli Sares Agostinho – Centro Universitário Internacional UNINTER –
tania.a@grupouninter.com.br

Karin Snneider Lima – Centro Uninversitário Internacional UNINTER –
karin.l@grupouninter.com.br

Investigação Científica

Educação Superior

Tecnologia Educacional

Relatório de Estudo Concluído

RESUMO

Os processos de desenvolvimento da educação nos países europeus e americanos foram influenciados principalmente pela necessidade de formação, qualificação e capacitação técnica dos profissionais e em prol do desenvolvimento econômico-financeiro do país. No Brasil esse processo também pode ser percebido nos cursos ofertados na modalidade a distância e principalmente na preocupação dos projetos governamentais brasileiros. Mudanças estratégicas na legislação, manobras ministeriais, investimentos na modalidade, criação de programas, fomento econômico e projetos de incentivo da modalidade passaram nas últimas décadas a caracterizar as linhas de progressão da modalidade a distância. A metodologia de pesquisa para esse estudo foi construída através da observação sistemática de fatos e experiências, deduções lógicas e comprovações dedutivas a partir do histórico profissional de magistério, especialmente de magistério na educação a distância, de cada um dos autores. Esse breve estudo baseado em

considerações levantadas a partir de revisões bibliográficas das ações de diversos países, assim como pesquisas em documentos e legislações sobre o assunto disponíveis na internet, pretende contextualizar alguns significativos momentos históricos em que as mudanças em níveis econômico, social e políticas ocorridas a partir da década de 1990 que influenciaram a área da educação em consórcio com o ajuste neoliberal da economia e da reforma do estado atingindo principalmente as universidades, berços dos cursos a distância. Espera-se que essa reflexão possa ajudar a levantar novos questionamentos e novos olhares para as influências estrangeiras na educação brasileira, caminhando para um cenário globalizado não só no meio econômico, mas também no meio acadêmico.

Palavras-chave: tendências internacionais; educação a distância; educação profissionalizante.

1 INTRODUÇÃO

Para MORIN e KERN (1995) o final da Segunda Guerra Mundial foi decisivo para que as sociedades passaram a empenhar permanente estado de alerta quanto às expectativas de desenvolvimento nos âmbitos educacionais e tecnológicos, já que a competição entre o capitalismo americano e o comunismo soviético imperava nas tendências culturais e de desenvolvimento econômico em todo mundo. Nessa época a Europa operando uma considerável reforma educacional, passa a ver no ensino e formação a distância uma importante aliada na corrida pela necessidade de formar profissionais especializados, técnicos capazes de executar projetos e trabalhadores pertencentes à população em geral.

“Foi nesse cenário que foi criada a universidade aberta (*Open University*) do Reino Unido em 1969, uma reivindicação dos trabalhadores que serviu e continua sendo referência para o mundo em educação a distância (LAMPERT, 2014,p. 1)”. A *Open University*, com a política de acesso livre, foi fundada pela “*Royal Charter*” com os recursos provindos do pagamento de taxas pelos estudantes, contratos, e fundos educacionais. Nos países do Reino Unido, líderes na Europa em iniciativas para implantar o ensino a distância, o ensino superior sempre teve uma abertura de funcionamento e admissão de alunos mais flexível que os demais países do continente.

Quase duas décadas depois, já em 1987, o parlamento europeu lançou uma recomendação para ressaltar a importância da EaD para o desenvolvimento da educação formadora por meio de redes, associações e

consórcios. A partir desse marco, foram criados Programas Comunitários Europeus como uma parte estrutural e instrumental para estabelecer vínculos entre instituições de ensino e setores produtivos. No processo de desenvolvimento da educação, a Comissão das Comunidades Europeias financiou estudos e publicações nesse sentido para ampliar as discussões e obter financiamentos.

Mais recentemente, nos anos 1970, instalou-se um movimento liderado pela *Open University* para aumentar a acessibilidade ao ensino superior por meio da EaD. Os alunos estudariam em casa usando materiais enviados pelo correio e teriam um tutor local para ajudá-lo no entendimento dos conteúdos por meio de telefone e correspondência física. Os conceitos de EaD começaram a ser definidos com base em tecnologias predominantes que mediavam a comunicação entre os alunos e os professores (ANDERSON e DRON, 2012).

Com o aperfeiçoamento desse sistema, novos agentes entraram em cena para melhorar o processo ensino-aprendizagem. Destaca-se a inserção da figura do professor tutor presencial que orienta presencialmente o aluno para o desenvolvimento do cronograma do curso a distância (pedagogia, operacionalidade e técnica).

Para o funcionamento da EaD nas instituições de ensino inglesas foi necessário levantar estudos de mercado, estudos de custos, levantamento de recursos, identificação da população-objeto, níveis de ensino e de formação - ensino técnico a nível secundário, ensino superior, ensino superior avançado -, desenvolvimento curricular, produção de materiais de aprendizagem, autoria de conteúdos, apoio pedagógico, tutoria, sistemas de avaliação e de admissão dos alunos e monitoração, gestão e controle do sistema.

Vê-se, portanto, que no exercício profissional existem distinções de níveis, mas entre si deve haver complementaridade e interdependência, como elementos imprescindíveis para compreensão da totalidade das relações entre esses profissionais, assim como das atividades por eles exercidas (BASTOS, 1991, p. 13).

Além destes exemplos, outros países enfrentaram os desafios da EaD no contexto e expectativas de ampliar os processos de ensino-aprendizagem. O quadro abaixo nomeia algumas instituições e seus respectivos países que

apresentaram relevância no desafio de difundir a Ead no cenário educacional. Se observarmos que as datas iniciam-se a partir de 1829 temos um território de pesquisa de mais de um século e meio de ações, projetos, conteúdos e principalmente profissionais formados na modalidade Ead.

Quadro 1: Iniciativas de EaD no mundo

País	Ano	Iniciativas
Suécia	1829	Instituto Liber Hermodes atendendo um número de aproximadamente 150.000 alunos no curso de taquigrafia.
Reino Unido	1840	Faculdades Sir Isaac Pitman – primeira escola por correspondência na Europa
Suécia	1898	Instituto Hermond – estende as suas ações para oferta de curso de línguas também por correspondência.
União Soviética	1922	Ensino por correspondência
Canadá	1938	Fundação do Conselho Internacional para Educação por Correspondência
África do Sul	1946	Unisa – Universidade da África do Sul – primeiros cursos superiores em educação a distância.
Alemanha	1967	Fundação do Instituto Alemão para Estudos a Distância
Noruega	1968	Fundação da Associação Norueguesa de Educação a Distância (reorganizada em 1984).
Reino Unido	1969	Fundação da <i>Open University</i>
Espanha	1972	Fundação da Universidade Nacional de Educação a Distância
Canadá	1974	Reconstituição da Universidade de Athabasca
Irlanda	1982	Implantação do Centro Nacional de Educação a Distância
Portugal	1988	Fundação da Universidade Aberta
Portugal	1990	Implantação da Rede Europeia de Educação a Distância, baseada na declaração de Budapeste.
Portugal	1991	Relatório da Comissão sobre Educação Aberta e a Distância na Comunidade Europeia.

Adaptado de CORRÊA, Juliane. “O cenário atual da educação a distância”¹.

O cenário educacional brasileiro tem fortes mudanças e se fortalece a partir de 1993, quando a associação de reitores de universidades públicas brasileiras estabeleceu o “Consórcio Interuniversitário de Educação Continuada e a Distância” que visava colaborar com as instâncias federais, estaduais e municipais no sentido de incrementar e diversificar a oferta das oportunidades educacionais por meio da EaD (GUIMARÃES, 1996). Por sua vez, o Ministério da Educação criou o Sistema Nacional de Educação a Distância composto por 54 instituições públicas de ensino superior para conceber, implantar e expandir a infraestrutura do sistema.

A cidade de Brasília sediou o primeiro polo experimental de EaD, via satélite, nascido na concepção de ensino a distância que tinha por princípio valorizar a autonomia do aluno e o material didático-pedagógico: “qualquer pessoa é capaz de aprender por si só (autoaprendizagem) desde que tenha acesso a materiais de instrução de alta qualidade pedagógica suficientemente compreensíveis e atrativos” (GUIMARÃES, p. 29).

As iniciativas de educação e formação a distância apresentam dois inconvenientes principais: para atingirem um âmbito significativo e um mínimo de eficiência, requerem vastos investimentos iniciais na concepção, desenvolvimento e produção dos materiais de aprendizagem correspondentes; e o processo, na sua totalidade, desde a especificação de objetivos, passando pelo desenvolvimento curricular, pela concepção das estratégias pedagógicas até, finalmente, à real disponibilidade de todos os produtos didáticos e dos meios necessários à sua distribuição, tem geralmente um longo percurso, consumindo no mínimo um bom par de anos; durante esse tempo, o capital investido não terá ainda frutificado (TRINDADE, 2005, p.45-46).

No Brasil, a EaD foi organizada em 1996 dentro dos sistemas de ensino existentes e o Ministério da Educação - MEC ficou com a competência de dirigir este processo, bem como criar normas e procedimentos para credenciamentos e reconhecimentos de cursos e instituições de ensino a distância. Nesse mesmo ano foi criado o canal de televisão chamado “TV Escola” e concomitantemente as escolas foram equipadas com aparelhos de televisão através do “Programa Informática na Educação”. No ano seguinte, o Programa

¹ In: SENAC. Curso de especialização a distância. E-Book. Rio de Janeiro: Editora Senac Nacional, 2005. CD-ROM). Disponível em: < <http://www.unifebe.edu.br> >.

se estendeu para o país com o objetivo de instalar computadores nas escolas públicas de ensino básico tanto na área urbana quanto na área rural.

Vale contextualizar este momento histórico de mudanças significativas em nível econômico, social e político que aconteceram na década de 1990. Na área da educação, juntamente com o ajuste neoliberal da economia e da reforma do estado, as universidades, berços dos cursos a distância, foram enquadradas no modelo neoprofissional e competitivo inserido no Plano Diretor da Reforma do Estado (1995), na legislação e nas propostas de ementas constitucionais. Todas estas medidas “visaram configurar as novas relações entre Estado, sociedade (empresas) e universidade” (SGUISSARDI, p. 141, 2009).

“Foi criada a Secretaria de Educação a Distância juntamente ao MEC para fomentar as tecnologias de informação e comunicação (TICs) e das técnicas de EaD no ensino, pesquisa e extensão” (MINISTÉRIO DA..., 2013). Entre 1996 e 2011, ela funcionou em uma estrutura regimental que foi absorvida pelo Ministério da Educação e alguns programas migraram para a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão.

A SEED do MEC, criada pelo decreto de maio de 1996, extinta no mês de maio do ano de 2011, significou uma reestruturação das secretarias feita pelo Ministro Fernando Haddad. Houve alteração no poder das decisões políticas e fortalecimento, por meio de um plano de cargos e salários, das seguintes autarquias: Instituto Nacional de Educação e Pesquisa (INEP), Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – (CAPES).

São as seguintes pastas que receberam novas atribuições: Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior, com três diretorias para implementar as políticas de regulação e supervisão de educação superior presencial, a distância e da educação profissional e tecnológica; e a Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino, também com três diretorias atuando na cooperação e planos de educação, articulação dos sistemas de ensino e valorização dos profissionais da educação.

Em carta aberta ao MEC, o professor João Mattar, especialista em Educação a Distância, lamenta esta decisão em função da importância desta via de contato entre o governo e os profissionais que trabalham com a EaD.

Uma suposta resposta para esta nova direção das políticas públicas para a educação é que o Ministério consideraria “não ter mais sentido a existência de uma Secretaria voltada apenas para a EaD: estaríamos maduros o suficiente para compreender e conceber as particularidades entre a educação presencial e a distância. Esta não é, entretanto, a visão de todos os que trabalham com EaD em nosso país” (MATTAR, 2014).

2 MARCAS NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

Segundo o Anuário Brasileiro Estatístico de Educação Aberta e a Distância, havia uma tendência de crescimento dos projetos para educação técnica a distância. Para ampliar o número de vagas no ensino profissionalizante, o governo criou a Escola Técnica Aberta do Brasil beneficiada principalmente pelo decreto n. 5.154 de 23 de julho de 2004, que revogou o Decreto no 2.208, de 17 de abril de 1997 que trata das diretrizes e bases da educação profissional. A legislação cria e atualiza as diretrizes curriculares nacionais para a educação profissional previstas no artigo n. 39 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB/1996) para os níveis de ensino médio, superior e cursos e programas de formação por meio da articulação das instituições públicas federais, estaduais e municipais.

Um projeto complementar da EaD, lançado pelo Ministério da Educação, para fundamentar as ações, foi a criação do Sistema da Escola Técnica Aberta do Brasil (e-Tec) em 2007 para ampliação da rede de formação de professores da educação básica e do ensino médio técnico profissional a distância² por meio de criação de infraestrutura e recursos humanos conforme as necessidades locais e estaduais.

Considerando que a implementação do Sistema da Escola Técnica Aberta do Brasil atende a necessidade de expansão da rede para atendimento educacional técnico de nível médio na modalidade de Educação a Distância, bem como propicia a transformação das práticas pedagógicas para o ensino a distância efetivando as mudanças necessárias para atender aos arranjos produtivos locais (FNDE, 2013).

Ele integra o programa de desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica por meio de iniciativas realizadas através do Programa Nacional

de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC)³ com a meta de facilitar o ingresso, a permanência e conclusão do ensino médio para jovens e adultos. O público alvo compreende jovens e adultos, professores da rede, os alunos regularmente matriculados no ensino médio, e os egressos e professores de cursos técnicos, do ensino fundamental nas modalidades PROEJA e EJA (REDE E-TEC BRASIL, 2013).

Os polos se distribuem por todos os estados nacionais, com cursos diversos. No Paraná, destacam-se aqueles das áreas de administração, logística, secretariado e meio ambiente distribuídos em cidades diversas. E a procura pelas instituições de ensino que ofertam a modalidade a distância estão crescendo em todo território brasileiro:

Mais de 2,5 milhões de brasileiros estudaram em cursos com metodologias a distância em 2007, segundo levantamento feito pelo Anuário Brasileiro Estatístico de Educação Aberta e a Distância (AbraEAD), em sua edição de 2008. A pesquisa inclui não só os alunos em cursos de instituições credenciadas pelo Sistema de Ensino, mas também grandes projetos de importância regional ou nacional, como os da Fundação Bradesco, Fundação Roberto Marinho e os do Grupo S (Sesi, Senai, Senac, Sebrae, etc.) (UM EM CADA 73..., 2013).

Em 2011, o Sistema foi transformado em Rede por meio da revogação do Decreto n. 6.301 de 2007 e as instituições públicas interessadas em participar da Rede e-Tec Brasil precisaram organizar espaço físico, infraestrutura e recursos humanos para as atividades presenciais. Quando o Sistema foi instituído, ele fazia parte da Secretaria de Educação a Distância do MEC, a qual era responsável pela otimização da infraestrutura tecnológica dos meios de comunicação, visando a melhoria do ensino. Atualmente o MEC financia a organização dos cursos, ficando a cargo dos estados e municípios oferecerem a infraestrutura necessária para que os mesmos se desenvolvam.

Com o Decreto n. 7.589 de 26 de outubro de 2011, que instituiu a Rede e-Tec Brasil, foi regulamentada a constituição dos polos de apoio presencial para execução das atividades didáticas e administrativas de suporte aos cursos. Vale destacar que esta medida legislativa é posterior à extinção da

³ O PRONATEC é um conjunto de atividades realizadas para expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos de educação profissional técnica de nível médio e de cursos de formação inicial e continuada ou qualificação profissional presencial e a distância por meio de iniciativas assim denominadas: Brasil Profissionalizado, Expansão da Rede Federal da Educação Profissional Científica e Tecnológica, Acordo de Gratuidade, Ampliação da Capacidade do Sistema S, Fundo de Financiamento Estudantil e Bolsa-Formação (PRONATEC, 2014).

SEED e a não distinção entre as modalidades de ensino. Tanto a modalidade presencial quanto a modalidade a distância, a partir de 2011, passaram a ser regidas pela Secretaria de Educação do MEC.

Paralelamente à regulamentação de 19 de dezembro de 2005, a qual caracteriza a EaD como modalidade educacional, foram criadas associações de divulgação das atividades das instituições credenciadas formando uma rede de contatos e parcerias referentes aos projetos, legislações e eventos nessa modalidade. Essas associações promovem formação de consórcios, parcerias, convênios e acordos para fomento de pesquisa e reflexão sobre o futuro da EaD.

3 CONCLUSÃO

Esse panorama histórico mostra que os esforços para organizar o sistema educativo básico e profissionalizante, e torná-lo mais acessível a um maior número de pessoas partiu de iniciativas privadas e governamentais. O interesse comum destas esferas tem como referência o Plano de Desenvolvimento da Educação lançado em 2007. Medeiros (2012) explica que o “Compromisso Todos pela Educação, criado pelo Decreto 6.094 de 24 de abril de 2007 [...] tem, segundo discurso oficial, sua inspiração principal no [...] movimento criado pelos empresários, com ênfase nas parcerias público-privadas” (p. 34).

O papel da educação estava associado aos processos de “acumulação flexível” fomentados pela concorrência entre capitalistas, e ao trabalhador multiquificado e polivalente (DELUIZ, 2014). Nesse processo de ajustes, uma das medidas relevantes foi organizar a formação das exigências de competência, os cursos e programas a distância – duração, ementas curriculares e projetos pedagógicos - com os respectivos cursos da modalidade presencial. Assim, conseqüentemente gerando a criação de programas do governo que incentivassem a formação profissional dando como preferência para suporte desse projeto a modalidade a distância.

REFERÊNCIAS

ANDERSON, Terry e DRON, Jon. Três gerações de pedagogia de educação a distância. Rio de Janeiro, EaD em FOCO, n. 2, nov. 2012.

BASTOS, João Augusto de Souza de Almeida Leão. *Cursos superiores de tecnologia: avaliação e perspectivas de um modelo de educação técnico-profissional*. Brasília: SENETE, 1991.

CORRÊA, Juliane. *O cenário atual da educação a distância*. In: SENAC. Curso de especialização a distância. E-Book. Rio de Janeiro: Editora Senac Nacional, 2005. CD-ROM). Disponível em: <<http://ftp.comprasnet.se.gov.br>> Acesso em: 11 jan.2014.

DELUIZ, Neise. *A globalização econômica e os desafios à formação profissional*. Disponível em: <<http://www.senac.br>>. Acesso em: 20 jan. 2014.

GUIMARÃES, Paulo Vicente. A contribuição do consórcio interuniversitário de educação continuada e a distancia - Brasilead - para o desenvolvimento da educação nacional. *Em Aberto*, Brasília, n.70. ano 16, abr./jun.1996, p. 28 - 33.'

FNDE, disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/>> acesso em: 30 de abr de 2014.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARANÁ. Disponível em: <<http://reitoria.ifpr.edu.br>>. Acesso em: 21 jan. 2014.

SGUISSARDI, Valdemar. *Universidade brasileira no século XXI: desafios do presente*. São Paulo: Cortez, 2009.

TRINDADE, Armando Rocha. Educação a distância para a Europa. In: *Educação a distância: percursos*. Lisboa: Universidade Aberta, 2005. p.43-48.

LAMPERT, Ernâni. *Educação à distância: elitização ou alternativa de democratizar o ensino?* Disponível em: <<http://campus.usal.es>> Acesso em: 7 jan. 2014.

MATTAR, João. *Carta Aberta ao MEC sobre a Extinção da SEED*. Disponível em: <<http://joaomattar.com>>. Acesso em: 10 fev. 2014.

MEDEIROS, Simone. *Políticas de educação a distância na formação de professores da educação básica no governo Lula da Silva (2003-2010): embates teóricos e políticos de um campo em disputa*. Tese (Doutorado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação. Faculdade de Educação. Universidade Federal de Goiás. Goiânia, 2012.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br>>. Acesso em 8 out. 2013.

MORIN, E., KERN, A B. *Terra-Pátria*. Porto Alegre: Sulina, 1995.

REDE E-TEC. Rede e-Tec Brasil. Educação Profissional e Tecnologia na modalidade de Educação a Distância. Disponível em: <<http://redeetec.mec.gov.br>>. Acesso em 3 set. 2013.

UM EM CADA 73 brasileiros estuda a distância. Cursos voltados para a profissionalização por EaD crescem e motivam projetos nacionais <<http://www.abraEaD.com.br>>. Acesso em: 14 dez. 2013.